



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

Autores:

ENGELMANN, Solange I. Doutoranda do Programa de pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista CAPES. Contato: solengel03@gmail.com

MORIGI, Valdir José, Professor. Dr. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: valdir.morigi@gmail.com

EL MOVIMIENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) Y LAS REPRESENTACIONES SOBRE LA MOBILIZACIÓN POR LA REFORMA AGRARIA

Resumen: El desarrollo de las tecnologías de información y comunicación (TIC) expande el debate cerca de los derechos y los discursos sobre las cuestiones agrarias, siendo el ciberespacio un lugar de producción y difusión de informaciones. Esto permitió ampliar la circulación de representaciones sociales sobre de las zonas rurales y sus agentes sociales, pues estas comienzan a jugar un papel de mediación. El objetivo del artículo es analizar la representaciones sociales sobre de las movilizaciones por la reforma agraria, que circula en el portal virtual de lo *Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra* (MST) en Brasil. Nos apoyamos en la perspectiva de la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS), enfatizando su carácter de mediación en el debate contemporáneo sobre los usos y apropiaciones de las TIC en las zonas rurales. La investigación identifica las estrategias de comunicación usadas por el MST en la difusión de informaciones sobre la movilización en torno a la reforma agraria y analiza las representaciones sobre la misma en circulación en el ciberespacio. El enfoque de la metodología se basa en el análisis textual de los contenidos informativos transmitido por el portal virtual MST en Brasil. El estudio del carácter cualitativo analiza los contenidos informativos de las publicaciones en la página web especial de la *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária*, realizada en la semana del 17 de abril de 2016, en todo el País. Se concluye que, las representaciones sociales sobre la reforma agraria, que circula a través de las TIC tienen un carácter de mediación en la construcción de los significados sobre la lucha del MST y en la movilización de los Sin Tierra, por lo tanto, reafirma la necesidad de luchas continuas y masivas, centrándose en la capacidad de presión del MST en torno a la *Reforma Agraria Popular* en Brasil.

Palabras-clave: Representaciones sociales. Tierra. Movilización masiva. Movimiento Sin Tierra; Jornada de Lucha por la reforma agraria.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da internet torna possível que vários movimentos populares de luta por direitos e mudanças sociais, se apropriem do ciberespaço para trocas de ideias e produção de conhecimento no contexto da esfera pública. Estes grupos organizam estratégias de comunicação populares, conforme

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

Peruzzo (2006)¹, e passam a contemplar a divulgação de suas demandas através do uso de espaços virtuais, como páginas *webs*, blogs, redes sociais, entre outros.

No processo histórico de luta por terra, Reforma Agrária², direitos civis, políticos e, sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais populares mais representativos no Brasil. O MST pauta a necessidade da Reforma Agrária, chama atenção para o problema dos Sem Terra³, da concentração fundiária e defende mudanças estruturais no sistema capitalista ao propor um modelo de sociedade com igualdade e justiça social. A partir de 2007, o Movimento ajusta seus objetivos para a defesa de um projeto de *Reforma Agrária Popular*, que consiste em mudanças sociais estruturais, para democratizar a terra e desenvolver um sistema de produção agrícola ecologicamente sustentável. Percebendo a importância da comunicação como estratégia política-ideológica de mediação com a sociedade, o MST também organiza vários veículos de comunicação populares, entre jornais, rádios comunitárias, revistas, etc. E em relação às mídias digitais, desde 1997, mantém um portal virtual para a divulgação das demandas e ações⁴. E após os anos 2000, utiliza as redes sociais para ampliar a inserção na sociedade.

Assim, este estudo busca responder a seguinte indagação: **como são construídas as representações sobre a Reforma Agrária pelo MST a partir das apropriações das TIC?** O estudo centra-se na identificação e na análise do material informativo divulgados na página especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária*, realizada em abril de 2016. A partir dos conteúdos informativos publicados na página analisam-se as representações sobre a Reforma Agrária produzidas pelo MST, que circularam durante as ações e atividades da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária*.

A perspectiva epistemológica e metodológica fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (2012), para a investigação textual do conteúdo informativo. Spink (2013) contribui no desenvolvimento da identificação e interpretação dos

¹ Peruzzo (2006) apresenta a comunicação popular como forma alternativa de comunicação. Com a criação de canais autônomos para divulgar as demandas e ações dos grupos populares. A comunicação do MST se insere neste contexto, auxiliando na luta por mudanças sociais e cidadania.

² No decorrer deste trabalho nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo uma vez que esta representa a principal bandeira de luta do MST, que em seus documentos se refere ao termo desse modo.

³ Conforme Caldart (2001, p. 211), Sem Terra contempla no Brasil uma identidade própria que identifica um sujeito social que participa ativamente da luta de classes, por meio da luta pela democratização da terra.

⁴ Disponível em: <www.mst.org.br>.

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

principais enunciados simbólicos do discurso, bem como na elaboração do mapa conceitual sobre a Reforma Agrária e o MST através das representações encontradas no material analisado. Além dos textos e seus enunciados, os sujeitos e sua participação no contexto histórico, político e sociocultural são extremamente relevantes para a compreensão de como se constroem as representações sociais.

Com base na TRS buscou-se compreender a construção das representações com os meios de produção simbólica, nos quais as TIC possuem relevância na divulgação das informações na esfera pública. Identificaram-se ainda, as estratégias e as motivações do MST na luta pela Reforma Agrária, mediante a visibilidade de suas demandas e ações por meio de processos de mobilização massivos e sincronizados, em contexto nacional. Este percurso teórico metodológico tornou possível uma análise mais completa sobre os conteúdos informativos divulgados na página *web* sobre a *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*.

2 OS MEIOS DE PRODUÇÃO SIMBÓLICA: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ESFERA PÚBLICA

Moscovici em sua tese de doutorado de 1961, com reedição revisada em 1976, *Psychanalyse, son image et son publique*, mostrou como se difundiu a Psicanálise na França, revelando como as pessoas transformam conhecimentos científicos em conhecimentos do senso comum. Ele busca entender a relação da linguagem e dos meios de comunicação na formação de consensos, e seus processos dinâmicos da vida cotidiana na construção e apropriação de sentidos. Assim, aborda o fenômeno das representações sociais (RS).

Para Moscovici (2012, p.46) o objetivo das representações é “[...] abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa.” Assim, as representações sempre possuem uma face icônica e outra simbólica interdependentes. E deste modo entende-se que, “[...] representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda a imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”. Neste contexto, a comunicação é responsável pela criação de vínculos entre os indivíduos, as comunidades e os grupos sociais, resultando na criação de representações de si,

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

dos outros e de distintas realidades sobre elementos concretos e abstratos que circundam a sociedade em diferentes épocas.

As percepções, crenças, valores, culturas e saberes são elementos socialmente construídos e partilhados, ou seja, são representações sociais. Na concepção de Jovchelovitch (2000, p.175), “as representações sociais são formas de mediação simbólica firmemente radicadas na esfera pública”, tornando-se um espaço da realidade intersubjetiva. É neste terreno que as representações “são geradas, se cristalizam e se transformam”, crescem e tomam forma.

De acordo com Moscovici (2012) a função das representações sociais é tornar familiar algo não-familiar. Promover a familiarização mediante paradigmas prévios, de objetos, acontecimentos e pessoas desconhecidas, que não se enquadram em padrões pré-estabelecidos. Nesse processo de assimilação o não-familiar passa a integrar as representações sociais, ao mesmo tempo em que as complementa e modifica. As representações podem ser estudadas a partir dos processos de ancoragem e objetivação (ou objetificação⁵). A ancoragem é o processo responsável por recriar permanentemente interpretações e juízos de valor ao classificar (comparar) e nominar (rotular, agregar identidade) os objetos e desta forma, contribuir para a objetivação dos mesmos. Esse processo se realiza a partir da classificação e nomeação de algo desconhecido, tornando o mesmo comunicável e passível de imaginação e representação. A representação se desenvolve a partir de um sistema de classificação e denotação, com a alocação de categorias e nomeação de algo estranho, que passa a integrar o sistema de comportamentos e normas.

Já objetivar é conceder realidade a uma representação, tornar concreto algo abstrato. Na visão de Moscovici (2012, p.71-72), “[...] objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem.” Para o autor a ilusão e a realidade partem do mesmo princípio, pois, as pessoas apreendem primeiramente a imagem e depois, o conceito como realidade. A objetivação se realiza quando a imagem mental de algo desconhecido é associada a alguma coisa com existência concreta, e a imagem deixa de ser um signo para se tornar um elemento da realidade. Assim, a linguagem possibilita a

⁵ Objetivação (MOSCOVICI, 2012) e objetificação (JOVCHELOVITCH, 2011) são termos utilizados por ambos e compreendem o mesmo fenômeno, possuem o mesmo sentido.



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

personificação da cultura, passando não apenas a representar coisas, mas a criá-las e muni-las de características.

A ancoragem e a objetivação são maneiras da sociedade lidar com a dinâmica e imortalidade da memória, mantendo-a em movimento, substituindo, classificando, reproduzindo e buscando sentido a conceitos e imagens, conferindo familiaridade a algo não-familiar. Entretanto, a cultura, as crenças, a lógica (enquanto forma de assimilação), o uso da linguagem e a memória (enquanto fenômeno sócio histórico) tornam-se fatores imprescindíveis na constituição das representações sociais. Ao disseminarem as informações na esfera pública os meios de comunicação adquirem papel central, pois ao interpretam os acontecimentos não o fazem com total isenção e imparcialidade. A forma de abordar e justificar os argumentos pode subverter a ordem dos fatos e interferir na construção de consensos.

A esfera pública constitui-se por interações e debates, viabilizados por meio de uma comunicação centrada no diálogo argumentativo de temáticas e problemas de interesse público. Contempla opiniões e visões distintas de mundo, e objetivos concorrentes que auxiliam na mudança de posicionamentos entre os sujeitos sociais. Conforme Esteves (2011, p.33), a constituição de um modelo democrático deliberativo engloba “[...] um processo político em que os cidadãos estão disponíveis para se escutar mutuamente, justificam de forma racional as suas posições [...]” O efeito desse processo é a formação de percepções mais equânimes em relação às diferenças sociais, políticas e culturais, entre os cidadãos.

Jovchelovitch (2000) destaca que os meios de comunicação integram o funcionamento da vida social e o conjunto das instituições da sociedade, modificam assim, as formas de interação, o acesso, o consumo de bens simbólicos e a estrutura da política institucional, pois alteram as fronteiras entre a esfera pública e privada. Bem como interferem na criação de uma esfera pública que apresenta novas formas de controle às práticas políticas, como a publicidade, que torna o exercício do poder mais visível e amplia a exposição sobre as condutas e ações dos líderes políticos. Nesse contexto, Jovchelovitch (2000, p.91) alerta que a imprensa produz significados e valores hegemônicos, pois assume o papel de “ator chave” do poder, principalmente nas sociedades em que os meios de comunicação estão concentrados por grupos que também dominam a indústria e o governo, e na ausência de uma esfera pública

DISCURSOS REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

forte. Assim, ao apoiar abertamente algumas políticas e excluir outras a mídia consequentemente impõe e reforça um conjunto de desigualdades e assimetrias.

A construção de uma esfera pública ocorre com a troca de informações e bens simbólicos compartilhados e em circulação nos meios de comunicação que reproduzem a seu modo inúmeras representações. Castells considera que o desenvolvimento tecnológico estabelece a sociedade em rede, e com auxílio das TIC gera novos canais de comunicação e informação, como a internet. A sociedade em rede promove mudanças significativas, a partir do informalismo, em que o conhecimento se torna a fonte central de produtividade (CASTELLS, 2006). O que afeta o caráter da esfera pública, pois, o ciberespaço converte-se em novo ambiente de trocas e discussões sobre diferentes assuntos de interesse coletivo. Para Castells (2006) o desenvolvimento das tecnologias também pode desempenhar papel importante no estímulo às mudanças das relações sociais e busca de cidadania, quando os usuários adquirem condições (sociais, políticas e, principalmente, econômicas) de se apropriar da rede e redefini-la para atender às demandas da sociedade. Pois, o avanço da internet torna possível ao cidadão assumir a função de produtor de conteúdos, com papel ativo no acesso e disseminação de informação e comunicação.

Na concepção de Di Felice (2014), a sociedade em rede cria uma nova cultura tecnológica e comunicativa, com o potencial de mudanças na política, na democracia e na forma de pensamento, alterando os contextos sociais. As redes digitais ultrapassam a distância histórica imposta pelos meios de comunicação analógicos entre emissor e receptor, o que torna possível o desenvolvimento de processos comunicativos horizontais, em que os internautas assumem o papel de tecnoatores. Essa transformação tecnológica estimularia a participação e interação dos usuários, por meio de um novo tipo de inter-relação social e cultural.

Nas contradições do monopólio mantido nos serviços de internet e o desenvolvimento de uma nova tecnologia, compreende-se que uma aparente descentralização da informação da mídia tradicional torna viável a produção de informação por diversos grupos e indivíduos na sociedade com acesso às TIC. Nessa perspectiva, a esfera pública tradicional se modifica e se amplia, possibilitando o advento do ciberespaço como a nova *Ágora*. Assim, o acesso e as



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

apropriações das TIC são instrumentos imprescindíveis aos sujeitos e grupos sociais para auxiliar nas lutas por direitos fundamentais e construção de uma cidadania.

Torna-se complexo estudar as ações dos sujeitos que afetam e ao mesmo tempo são afetados pela nova esfera pública. O ciberespaço possibilita novas interações e trocas simbólicas, englobando um conjunto mais amplo de grupos populares e cidadãos. As representações sociais também são mediadas no ciberespaço por meio das TIC, pois, os ambientes digitais propiciam que as representações circulem de maneira veloz, instantânea e em fluxo contínuo. O ciberespaço é um ambiente de construção coletiva e compartilhamento, de reprodução de discursos (reforçando a mídia tradicional), mas também de contestação e criação de novas ideias e sentidos. Por ser um ambiente de tensão permanente, o estudo das representações no ciberespaço torna-se indispensável.

Considerando o caráter de mediação das representações sociais e a constituição de saberes que circulam sobre a sociedade, a apropriação e disputa entre diferentes grupos sociais pelo material simbólico na esfera pública através do acesso e uso da *web* torna-se elementar. No caso estudado aqui, o MST e sua elaboração de material simbólico a respeito das suas ações e da luta pela Reforma Agrária, divulgadas em seu portal virtual, podem interferir de forma significativa na construção das representações sobre a Reforma Agrária e na constituição da memória coletiva sobre a questão agrária brasileira.

A seguir apresentamos um debate acerca da luta do MST pela Reforma Agrária e suas estratégias, buscando compreender como estas ações se inserem na construção das representações sobre a Reforma Agrária através do seu Projeto de *Reforma Agrária Popular*.

2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a luta pela Reforma Agrária

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado oficialmente em 1984, no Estado do Paraná. Sua demanda central concentra-se na luta pela terra e na defesa de um programa de Reforma Agrária, além de pautar o problema dos Sem Terra e da concentração fundiária no País. A partir da década de 1990, o MST se consolida no Brasil como um movimento social popular e político, que assume a posição de importante



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

representante da classe trabalhadora e se torna uma referência na luta pela terra, ao inserir a pauta da Reforma Agrária na agenda do Governo Federal (GOHN, 2000).

De acordo com Romão (2004, p.4), após o período de consolidação do Movimento, com mobilizações massivas em 1997, parte da grande imprensa passa a abordar suas ações como “perigosas”, acusando-os de estimular a “violência” no campo e disseminar o “medo” junto à opinião pública. Para a autora, a mídia tenta afastar o problema da questão agrária brasileira da esfera civil e social, e aproximá-la da ilegalidade, incentivando a criminalização de movimentos de luta pela terra. Porém, a criminalização e invisibilidade das demandas nos oligopólios midiáticos brasileiros não impede o processo de organização e luta desse Movimento, que segue tendo papel importante na disputa contra-hegemônica na esfera pública, em torno da Reforma Agrária e do modelo de agricultura para o campo. Conforme dados da página virtual (MST, 2016), atualmente o Movimento Sem Terra possui organização em 24 estados brasileiros. Conquistou assentamento para cerca de 350 mil famílias, beneficiadas com lotes de terra, créditos agrícolas e infraestrutura mínima para produzir e sobreviver no campo.

A ocupação de terra tem sido uma das mais importantes formas de pressão aos governos, utilizada pelo MST na busca de suas reivindicações pela Reforma Agrária. Nos acampamentos as famílias Sem Terra vivem de forma precária, em barracas de lona provisória até a conquista do assentamento. Existem casos de acampamentos que se estendem por dez anos ou mais. Após longos processos de luta e resistência, nas situações em que os Sem Terra conseguem a desapropriação do latifúndio, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dá início à criação do assentamento, no qual a distribuição da terra ocorre por meio da divisão de lotes.

Todavia a luta não termina quando os Sem Terra se tornam assentados, pois a Reforma Agrária requer a busca por um conjunto de direitos para a permanência das famílias assentadas no campo e cidadania. Como direitos sociais, com a criação de políticas públicas na área da educação, saúde, cultura, etc. Na educação, o MST luta pela implantação e manutenção de escolas públicas nos assentamentos e acampamentos. Entretanto, poucas escolas possuem ensino médio e muitos assentamentos e acampamentos ainda permanecem sem escola (MST, 2001). Ao mesmo tempo, os assentados vivenciam novas interações e



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

relações sociais, políticas, econômicas, culturais, etc.; com a sociedade rural e urbana do entorno. Pois, movimentam a economia local com a produção e comercialização de alimentos e geram um conjunto de benefícios positivos nas regiões em que são instalados.

Na concepção de Vieira (2001) o conceito de cidadania se refere ao pertencimento de um indivíduo a um Estado-Nação, no qual se estabelece um conjunto de direitos e deveres fundamentais com objetivo de promover um nível de igualdade entre os sujeitos em sociedade. Deve ser constituído por direitos formais garantidos a todos e assegurar o acesso igualitário a esses direitos. Assim, a cidadania se encontra em constante construção e mutação nas sociedades. Porém, ainda que revele limites, não sendo capaz de eliminar os conflitos de classe (BARBALET, 1989), a luta pela cidadania pode auxiliar na diminuição das desigualdades sociais por estabelecer uma igualdade formal entre os indivíduos no acesso aos direitos no Estado-Nação (ENGELMANN; MORIGI, 2016).

Mata (2006) elabora a concepção de cidadania comunicativa, pensada como “el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública y el ejercicio de ese derecho” (p. 13). Trata-se de uma visão complexa com várias dimensões que reconhece a função de público dos meios desempenhada pelos indivíduos nas sociedades midiáticas. A cidadania comunicativa localiza-se no âmbito dos direitos civis, e exige o desenvolvimento de práticas para garantir os direitos específicos no campo da comunicação. O conceito excede a dimensão jurídica, pois necessita de uma consciência prática de ação e se vincula as dimensões sociais e culturais, entrelaçado com as referências identitárias e lutas gerais por igualdade.

A partir do final da década de 1990 há um avanço do capitalismo no campo e o fortalecimento do agronegócio. Esse processo, aliado à diminuição de novos assentamentos dá origem à tese, defendida por parte de intelectuais liberais e do governo brasileiro, de que o projeto de Reforma Agrária estaria esgotado no capitalismo. Neste cenário, em 2007, o MST amplia seu Programa Agrário para a defesa de um “projeto popular para a agricultura brasileira” e a busca de “uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2007). A proposta trata-se de um programa de *Reforma Agrária Popular* com a democratização do acesso à terra aos camponeses e trabalhadores rurais, o estabelecimento do tamanho máximo da propriedade rural e mudanças estruturais na

DISCURSOS REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

sociedade. O programa propõe ainda como alternativa: um modelo de produção agrícola sustentável, baseado na Agroecologia⁶, para a produção de alimentos “saudáveis”⁷, criação de agroindústrias, crédito agrícola e assistência técnica, educação do campo, entre outros.

Porém, na história do Brasil não houve a implantação de um projeto de Reforma Agrária por parte do Estado. Segundo Oliveira (2009), diferente dos governos anteriores que tratavam a questão agrária como caso de polícia e forte repressão aos movimentos populares, o que ocorre com a eleição do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é uma aproximação com os movimentos sociais. Durante os dois mandatos Lula desenvolve uma política compensatória de criação de assentamentos diante da intensidade dos conflitos no campo e a pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Dilma Rousseff (PT) deu continuidade ao projeto de Lula, ampliando alguns programas para os assentamentos, porém, diminuiu os investimentos públicos na criação de novos assentamentos, bem como os incentivos para a agricultura familiar⁸.

Com o golpe⁹ contra a democracia brasileira, orquestrado pelo Congresso Nacional, judiciário e o apoio da imprensa, que afasta definitivamente do cargo a presidenta Dilma, em agosto de 2016, a pauta da Reforma Agrária passa a sofrer constantes ataques pelo Governo ilegítimo de Michel Temer. Após assumir Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transferiu suas funções para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que se tornou Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Pouco depois as funções do extinto MDA, juntamente com o INCRA foram transferidas para a

⁶ Na concepção de Caporal; Costabeber e Paulus (2006) o conceito da Agroecologia representa uma nova ciência que apresenta importante potencial de contribuição na construção de outro modelo de agricultura e desenvolvimento rural, sustentável e ambientalmente equilibrado.

⁷ Inserida em sistemas de produção orgânico ou agroecológico, com técnicas de produção agrícola sustentáveis, sem uso de agrotóxicos e transgênicos (MST, 2007).

⁸ Conforme dados da CPT (2015), no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) foram assentadas 540.704 famílias. No Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2010) o número aumentou para 614.088 famílias, porém diminuíram drasticamente no Governo de Dilma. No primeiro mandato de Dilma (2011-2014) foram assentadas 103.746 mil famílias, dos quais somente 27%, ou seja, 28 mil são de novos assentamentos. No segundo mandato, inicialmente a Reforma Agrária esteve quase estagnada, com somente cerca de duas mil famílias assentadas. Porém, em abril de 2016, Dilma assinou 25 decretos de desapropriação de terras para Reforma Agrária e a regularização de territórios quilombolas (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

⁹ Conforme Bastos (2016) o *impeachment* da presidenta Dilma se configura em um golpe de Estado, pois não foi provado nenhum crime contra ela. Para ele, a presidenta foi deposta devido à perda de popularidade com o Congresso, por promover ‘faxinas’ em órgãos públicos, afastando políticos envolvidos em corrupção e por não impedir as investigações da operação Lava-Jato contra políticos corruptos.



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

responsabilidade da Casa Civil. Conforme Teixeira (2017), além de rebaixar a importância do programa de Reforma Agrária e de políticas para a agricultura familiar, a extinção do MDA foi uma retaliação do governo ilegítimo aos movimentos populares do campo que se mobilizaram contra o golpe. Nesse ritmo, em 2016 não houve a criação de novos assentamentos no País.

Outro agravante é a Medida Provisória 759, de 22 de dezembro de 2016¹⁰, que trata da regularização fundiária agrária e rural. A justificativa é de que a medida vai facilitar a regularização fundiária de terras urbanas e rurais, porém, representantes dos movimentos populares, servidores do INCRA e alguns parlamentares acusam o governo de usar a ‘titulação’ de terras como justificativa para privatizar os assentamentos, impedir o avanço das políticas de Reforma Agrária e cercear a participação dos movimentos sociais no processo de democratização da terra no País (MST, 2017b, p.1). O Governo Federal já anunciou que até 2018 pretende titular 750 mil famílias assentadas.

A MP 759 também determina a municipalização da desconcentração fundiária, transferindo para a responsabilidade dos municípios a distribuição de terra e a Reforma Agrária, o que na visão dos integrantes do MST, acaba com a Reforma Agrária, pois em geral, o território dos municípios é controlado por latifúndios, que também concentram os poderes políticos e institucionais desses locais. Grandes jornais aliados do golpe anunciam que o governo prepara o “lançamento de um programa de reforma agrária que vai interromper a distribuição de terras no País e esvaziar a atuação de movimentos sociais ligados ao PT na política fundiária”, conforme Araújo e Peron (2016), do Estado de São Paulo. Esta claro que o objetivo do governo é eliminar as políticas de Reforma Agrária, sufocar os movimentos populares do campo e ampliar a concentração da terra, inclusive com a venda do território para estrangeiros, através de outra Medida Provisória que vem sendo preparada por Temer.

Na concepção dos dirigentes do MST (2017b), com essa política o governo tenta impor um retrocesso de 50 anos à luta pela Reforma Agrária, que coloca em risco a soberania territorial e alimentar do País, pois trará inúmeros prejuízos para a produção de alimentos e no controle do território nacional, com a venda de terras ao capital estrangeiro. Observa-se por

¹⁰ Brasil (2016).



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

parte do governo ilegítimo uma tentativa de sufocamento dos órgãos governamentais ligados às políticas de Reforma Agrária, o banimento da desconcentração fundiária e medidas de bloqueio à participação dos movimentos sociais na democratização da terra no País, criminalizando sua atuação. Trata-se da eliminação de qualquer política de democratização da terra no País. Essa situação tende a se agravar, com a criminalização do governo a luta pela terra, articulado pela bancada ruralista no Congresso Nacional e com o apoio dos oligopólios da mídia. Porém, a mudança desse cenário depende da força social e política dos movimentos e organizações do campo, entre eles o MST, na pressão ao Governo Federal e busca de apoio na sociedade para a retomada da Reforma Agrária.

Verifica-se ainda o aumento da violência contra os trabalhadores rurais em conflitos no campo. Dados da CPT de 2016 (CPT, 2017) revelam que neste ano foram assassinados 61 trabalhadores, número maior em relação aos últimos 13 anos. A maioria registrada na região da Amazônia Legal¹¹. Além da violência do latifúndio e do agronegócio no campo, após o golpe em 2016, o Brasil enfrentou um período difícil para os movimentos populares, com o avanço de políticas conservadoras e da criminalização contra os movimentos populares urbanos e rurais, em lutas por direitos ou contra o golpe. O período também é de unificação das organizações populares e resistência nas ruas. Processo que se mantém em 2017 devido às várias reformas anunciadas do governo ilegítimo, como a Reforma Trabalhista e da Previdência.

Neste contexto de pré-golpe, o MST realiza a *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária* de 2016. A seguir analisaremos os conteúdos informativos sobre as ações do Movimento em relação ao processo de mobilização em torno da Reforma Agrária, divulgados na página online da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária*. Com base na cobertura das ações e atividades realizadas durante o período foi possível analisar as representações do MST sobre a Reforma Agrária.

3 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA *JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA DO MST (2016)*

¹¹ Também cresceram outros tipos de violências, como ameaças de morte em 86% e tentativas de assassinato para 68%.



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

Com a expansão das TIC e a popularização da internet no Brasil, o MST mantém um portal online desde 1997, no qual divulga suas reivindicações e busca ampliar o debate em torno da Reforma Agrária na sociedade. O portal é atualizado diariamente com diversos conteúdos: reportagens, artigos, entrevistas, poesias, informações sobre a história do Movimento; biblioteca virtual sobre a questão agrária brasileira; coberturas especiais; página Sem Terrinha; entre outras informações em texto, vídeos, publicações.

A partir da preocupação do MST em desenvolver políticas de comunicação popular, nos termos de Peruzzo (2006), relativo a canais autônomos de comunicação para auxiliar em processos organizativos e de mobilização por direitos sociais e políticos, pressão ao Governo Federal e difusão de seu projeto popular para o País, a página virtual do MST vem se consolidando em canal estratégico de comunicação e informação no diálogo com a sociedade. Assume a posição de porta-voz do MST e seus integrantes, e se torna referência no debate público sobre a Reforma Agrária no Brasil (ENGELMANN, 2013)¹².

O material analisado origina-se dos processos de comunicação popular do MST e suas representações também atuam como contraponto aos discursos hegemônicos instituídos pela mídia. O objetivo do estudo é analisar as representações sociais acerca da mobilização em torno da Reforma Agrária, que circulam na página especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, em 2016, vinculada ao portal online desse Movimento (fig.1). Diante da perspectiva metodológica da Teoria das Representações Sociais (TRS), concentramos a análise no material informativo da *Jornada*. As ações, geralmente são realizadas, na semana do dia 17 abril de 2016, em todo País, porém, neste ano se estenderam durante todo mês. Diante disso, selecionamos para análise três semanas com maior regularidade de ações, entre os dias 10 e 29 de abril.

¹² Para análise aprofundada sobre a página virtual do MST ver dissertação da autora (ENGELMANN, 2013).

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017



Figura 1- Página especial Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST de 2016

Fonte: JORNADA..., 2016

O ambiente da página online da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*¹³ possui interface simples e de fácil acesso. No topo da página há uma ilustração com o retrato do sofrimento e violência da luta pela terra, e a representação de integrantes do MST mobilizados, empunhando ferramentas de trabalho e a bandeira vermelha que identifica o Movimento. Percebe-se que o intuito é demonstrar a violência do latifúndio e do Estado contra os trabalhadores rurais no Brasil e o protagonismo dos Sem Terra do MST na continuidade da luta pela Reforma Agrária. Abaixo um texto de apresentação explica a importância do dia 17 de Abril. A data foi adotada pelo MST como o “Dia Nacional e Internacional de Luta pela Reforma Agrária”, após o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido neste dia em 1996, em que 21 Sem Terra foram assassinados pela polícia do estado do Pará (JORNADA..., 2016). Em 2016, o episódio completou 20 anos de impunidade, conforme o MST, pois somente dois responsáveis pelo crime foram punidos tardiamente¹⁴. O

¹³ Disponível em: <www.mst.org.br/jornada-nacional-de-luta-por-reforma-agraria/>

¹⁴ Mais informações em Jornada... (2016).



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

texto também possui dados sobre a paralisação da Reforma Agrária no País e a denúncia da omissão e conivência do Estado brasileiro em relação à violência no campo.

O espaço é complementado com informações gerais e imagens acerca da luta pela Reforma Agrária no Brasil. São eles: Carajás, Luta pela terra e Impunidade. As informações dão conta de que a impunidade do Massacre de Eldorados dos Carajás e de outros casos de assassinatos e violência no campo, como o assassinato de dois Sem Terra no estado do Paraná, no início de abril deste ano, estão interligados à situação história de violência do Estado brasileiro em não democratizar a terra. Percebe-se que as informações introdutórias buscam ambientar o internauta com elementos relativo aos consequentes processos de mobilizações e ações por parte do MST, quanto à data de 17 de abril. No item *Leia mais!* Foram publicados 41 textos informativos (reportagens, entrevistas, artigos, entre outros) acerca das ações da Jornada.

Os conteúdos informativos, divulgados durante a Jornada da Reforma Agrária repercutem as ações e atividades de mobilizações massivas, debate e atos públicos, reportagens especiais sobre os 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás e informações relativas ao assassinato de trabalhadores Sem Terra, no Paraná. O material informativo reunido no especial da Jornada teve divulgação em destaque, na página do MST durante o período de realizações. A partir da articulação entre o setor de comunicação e as direções do Movimento nos estados e em âmbito nacional, os Sem Terra divulgam um conjunto de conteúdos no ciberespaço, com foco na Jornada da Reforma Agrária. Desse modo, por meio das mídias digitais, o MST oferece informações detalhadas à sociedade sobre a situação da luta pela terra no País e a importância da retomada da Reforma Agrária para o desenvolvimento do campo brasileiro. Ao mesmo tempo, pressiona o Governo Federal para atender suas demandas, o judiciário e o Estado brasileiro para punir os responsáveis pela violência contra os trabalhadores rurais, e responsabiliza o latifúndio e o agronegócio pela violência no campo.

Baseado na afirmativa tanto dos pressupostos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2012; JOVCHELOVITCH, 2000), quanto na aplicação das técnicas de análise das matérias selecionadas para o estudo e a construção do mapa conceitual (SPINK, 2013); mediante o espaço de referência do portal *web* do MST, a página da *Jornada Nacional de*



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

Luta pela Reforma Agrária do MST coloca em circulação sentidos importantes na constituição e (re)construção das representações sobre o MST e o papel das mobilizações massivas na efetivação do seu projeto de *Reforma Agrária Popular*.

A partir de uma pré-análise dos 41 textos publicados na página da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST*, de 2016, identificou-se 15 com maior relevância em relação ao tema de estudo, que foram analisados. Os critérios de seleção se basearam no material mais relevante sobre as ações e atividades do MST na Jornada, durante o mês de abril. A análise das representações sobre a Reforma Agrária concentra-se nos conteúdos informativos divulgados entre 10 e 29 de abril de 2016.

A construção das representações sobre a Reforma Agrária na concepção do MST vem acompanhada do adjetivo “popular”, ou seja, denominada de *Reforma Agrária Popular*. Nesse contexto o “popular” pode ser visto, conforme Hall (2003), como um elemento da cultura popular que se constitui constantemente a partir de uma luta desigual e irregular entre a classe dominada com a classe dominante, que busca desorganizar e destruí-la. Assim o termo “popular” se refere às formas e atividades de qualquer época, com raízes que incorporam social e materialmente as práticas populares. A adoção do elemento do popular representa um recurso linguístico que dá sentido à ação política do MST, em relação ao embate permanente de ideias na esfera pública em torno do projeto de Reforma Agrária, defendido pelas classes dominadas em contraposição a uma política de Estado que privilegia um modelo de agricultura industrial que concentra grandes extensões de terra e expulsa o pequeno agricultor do campo, denominado de agronegócio. Há uma tensão entre o modelo de agricultura hegemônico e o projeto de Reforma Agrária defendido pelo Movimento. Nestes termos, o popular questiona o sistema hegemônico de agricultura industrial e procura estabelecer vínculos de solidariedade com as classes populares para o apoio no processo dialético de resistência e contenção de luta do MST.

As ações dos sujeitos e as suas interações são elementos importantes na constituição dos processos de ancoragem e objetivação (MOSCOVICI, 2012), pois é através deles que se criam os sentidos e novos juízos para conceber a realidade. Neste caso, a ação de nomear *Reforma Agrária Popular* como um tipo de projeto social e político por parte do MST,



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

confere sentido às ações que se concretizam suas mobilizações massivas em torno da pauta da Reforma Agrária. E resgata o sentido da importância do projeto de Reforma Agrária no País.

A partir da análise informativa da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* percebe-se que as representações são tecidas, principalmente pelos integrantes deste Movimento, que em geral integram as coordenações nos estados, por representantes de organizações populares e entidades ligadas à luta pela terra, além de organizações internacionais ligadas à Via campesina e de entidades sindicais. Elas são reforçadas por membros de organizações da sociedade civil e integrantes do poder judiciário. As representações construídas pelos sujeitos do MST apresentam forte protagonismo das mulheres Sem Terra, que compõem a maioria das vozes no material informativo analisado. Desse modo, as representações são geradas pelas ações e vozes dos sujeitos dos movimentos populares, que integram os processos de mobilização. Evidencia-se, assim a capacidade dos trabalhadores em, mediante processos coletivos, atuar como agentes de mudança da sua realidade social.

As ações da Jornada da Reforma Agrária do MST tiveram participação majoritária do Movimento, porém em alguns estados também se observou a integração de movimentos populares do campo, sindicatos urbanos e outras entidades. As informações da página especial dão conta de que entre a segunda e a terceira semana de abril as mobilizações atingiram 18 estados, sendo ampliada com ações massivas em mais seis capitais na última semana, mobilizando cerca de 70 mil trabalhadores. Ocorreram ações de bloqueios de rodovias estaduais e federais, vias urbanas, liberação de pedágios, marchas a centros urbanos, acampamentos em espaços públicos, ato públicos, ocupações de terras e prédios públicos, debates, entre outros protestos. O que remete a manutenção dos sentidos quanto à necessidade da mobilização popular dos trabalhadores como meio importante de pressão aos governos e sensibilização da população, mediante visibilidade na esfera pública, quanto à ausência de direitos no campo e na luta por cidadania.

As mobilizações massivas em vários estados, em datas próximas, com alvos e demandas comuns demonstram a capacidade organizativa e de resistência do MST na luta pela Reforma Agrária. Com isso, o Movimento busca redirecionar a atenção da população, do Governo Federal, das instituições sociais e da imprensa, à pauta da Reforma Agrária e a

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

necessidade de políticas públicas para o campo. Observa-se que a sobrevivência do Movimento se mantém justamente devido à organização coletiva e mobilização de massa, ao ocupar e resistir em espaços ocupados, e transformar esses locais com a produção de alimentos e a criação de comunidades rurais. Bem como em rearticular suas demandas e ações de acordo com as mudanças conjunturais, mantendo a defesa da Reforma Agrária como projeto necessário para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, os Sem Terra produzem e articulam novos sentidos acerca das representações sobre a Reforma Agrária e o MST, que em geral é abordado sobre a ótica da violência e do conservadorismo, por visões que circulam nos oligopólios midiáticos.

Conforme Jovchelovitch (2000), a construção das representações sociais é instituída e modificada na esfera pública por meio de saberes e conhecimentos postos em circulação, principalmente através da comunicação e das mídias. Ao considerar os discursos do monopólio da mídia acerca do MST evidencia-se que as construções sobre o movimento são permeadas de múltiplos significados pré-concebidos e heterogêneos.

A partir da análise do material informativo sobre a *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016 identificaram-se três principais ancoragens as quais amparam as representações sobre a Reforma Agrária: a) Luta pela *Reforma Agrária Popular*; b) Impunidade e violência no campo; c) Defesa da democracia.

Na luta pela *Reforma Agrária Popular*. O *popular* pode ser pensado como um movimento de luta e de resistência. Hall (2003), ao conceber o popular como forma de luta entende-o com espaço de constante tensão e embate entre as práticas das classes populares e os projetos das elites dominantes. Assim, se evidencia a defesa da *Reforma Agrária Popular* como meio para enfrentar a crise econômica, promovendo a diminuição da pobreza, a partir da produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, a custos baixos para a população. Assegurando a soberania alimentar do País. Dentre as demandas o MST exige a retomada das políticas de Reforma Agrária, paralisadas devido ao bloqueio do orçamento do INCRA pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em abril de 2016. Cobra a liberação do orçamento para o funcionamento do INCRA e a desapropriação de novas áreas para assentamentos, bem como demandas de infraestrutura para os assentamentos já instalados. Porém, é importante lembrar que essas reivindicações foram apresentadas antes do golpe no Brasil. No contexto

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

sociopolítico, o MST considera que o desbloqueio da Reforma Agrária depende do aumento da força social dos trabalhadores Sem Terra em pressionar o Governo Federal para atender as demandas e manter a pauta na esfera pública. Diante disso, aposta na mobilização massiva em espaços urbanos para maior visibilidade de suas demandas, na tentativa de romper a criminalização do oligopólio midiático e obter maior apoio da sociedade.

A Jornada da Reforma Agrária representa um conjunto de ações que se constitui em intervenção sociopolítica no espaço da esfera pública e reafirma a capacidade do MST em manter sua pauta em debate, na medida em que exige do Estado posicionamentos em relação ao problema dos Sem Terra e da concentração de terra e apresenta à população a alternativa de um projeto popular de Reforma Agrária, com a criação de assentamentos voltados à produção de alimentos, melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e o desenvolvimento social e econômico do País.

A temática da *impunidade e violência no campo* é recorrente nas representações da Jornada, estando interligada à *Luta pela Reforma Agrária Popular*, pois é vista como uma consequência dos processos de luta do MST, da violência do latifúndio e do agronegócio, e principalmente devido à ausência de políticas públicas em relação à desconcentração de terra e a Reforma Agrária no País. A impunidade de 20 anos do Massacre de Eldorados dos Carajás aparece como elemento central, ancorando e objetivando o contexto da violência no campo. Por meio do resgate à memória dos trabalhadores assassinados no Massacre denuncia-se a impunidade e exige-se punição aos responsáveis pelos crimes contra os trabalhadores rurais. Segundo os Sem Terra, o processo histórico de ausência de justiça em relação aos assassinatos de trabalhadores no campo e a violência do latifúndio traduz-se em mais violência e assassinatos. Aponta-se o caso do assassinato de dois trabalhadores em um acampamento do MST no Paraná, no início de abril deste ano. Os integrantes do MST constatarem que a morosidade do Estado em responsabilizar seus agentes pelos crimes, bem como do poder judiciário em julgar os culpados incentiva a continuidade da violência no campo, deslocando a questão agrária de um problema social e político para casos de polícia. Opera-se a criminalização em torno da luta pela Reforma Agrária.

Articulada à luta pela Reforma Agrária aparece à *defesa da democracia*, apontada pelo MST como demanda fundamental às vésperas do julgamento do *impeachment* da presidente

DISCURSOS REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

Dilma. A análise informativa da Jornada indica que o MST incorpora a pauta da defesa da democracia às demais reivindicações da Reforma Agrária e se soma as mobilizações de organizações populares, entidades e partidos de esquerda, reunidos na Frente Brasil Popular. O Movimento estabelece uma relação direta entre suas demandas e a defesa da democracia, buscando maior visibilidade à pauta da Reforma Agrária, porém, principalmente, se unindo as mobilizações de resistência contra o golpe, pois compreende que a efetivação do mesmo deve impor maiores obstáculos ao avanço da *Reforma Agrária Popular*. O MST considera que o *impeachment* de Dilma é um golpe de Estado, que trará prejuízos à maioria da população brasileira mais pobre, retirando direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, em anos de luta. Os dirigentes do Movimento acusam os oligopólios midiáticos de apoiar o golpe e convocar mobilizações a favor do *impeachment*, bem como evidenciam a relação direta entre os condutores do golpe e o agronegócio brasileiro, e alertam para a necessidade de mobilização permanente da classe trabalhadora urbana e rural para resistir a esse processo.

Dentre as três principais ancoragens que amparam as representações sobre a Reforma Agrária, a última traz maior evidencia quanto à mediação entre o MST e a sociedade na esfera pública. A categoria *defesa da democracia* promove uma articulação dos preceitos teóricos das representações sociais (MOSCOVICI, 2012; JOVCHELOVITCH, 2000) por estimular uma objetivação entre as demandas da *Reforma Agrária Popular* e da manutenção do processo democrático com respeito à soberania do voto popular. Estabelece-se uma interligação entre as lutas populares contra o golpe e a pauta da questão agrária, articulada ao futuro das políticas de Reforma Agrária no Brasil, através de mobilizações massivas com ações concretas (a Jornada) e comunicativas (a página oficial da Jornada) por meio das TIC. A segunda ancoragem também apresenta grande relevância na mediação do MST com a sociedade, pois, a partir da denuncia de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás e do assassinato recente de mais trabalhadores Sem Terra evidencia-se de modo concreto (por meio do material informativo divulgado na página web do MST) como a impunidade nos crimes contra trabalhadores em conflitos agrários se torna comum e estimula o aumento da violência do latifúndio no campo.

A seguir encontra-se um quadro síntese das análises realizadas. A figura 2 apresenta o mapa conceitual que evidencia as representações acerca do processo de mobilização em torno

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

da Reforma Agrária e o MST, construídas a partir do material informativo divulgado na página especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 2016.

Figura 2- *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária do MST* de 20016: mapa conceitual sobre a Reforma Agrária do MST disponibilizado na web



Fonte: Dos autores, 2016.

O mapa conceitual sobre a Reforma Agrária e o MST está ancorado nas representações sobre a *Reforma Agrária Popular* por meio das informações em relação à mobilização massiva, exposto na figura 2, conforme atestam as perspectivas de Jovchelovitch (2000) e Moscovici (2012), quando se referem às representações como processos que desenvolvem sentidos e percepções acerca do mundo e seus objetos a partir da comunicação e das interações entre os sujeitos através da mediação da linguagem. As representações acerca da *Reforma Agrária Popular*, geradas pelas informações sobre as mobilizações da Jornada de abril de 2016 estabelecem-se enquanto construção social, política e cultural em relação ao MST, sua organização, mobilização e a importância do seu projeto popular para o País. O mapa sobre a Reforma Agrária demonstra o papel central das mobilizações massivas nas reivindicações de direito à terra, melhores condições de vida no campo e cidadania. E na mediação com a sociedade acerca da importância da *Reforma Agrária Popular* na esfera pública, como alternativa para democratizar a terra e desenvolver outro modelo de agricultura no campo. Em um cenário de estagnação das políticas agrárias a persistência do Movimento em se manter mobilizado constrói novas representações e sentidos na esfera pública, sobre a



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

Reforma Agrária e suas ações, demonstrando resistência e questionamento em relação à postura política do Governo Federal de abandono à política de democratização de terra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se apresentar como são construídas as representações sobre a Reforma Agrária pelo MST a partir das informações divulgadas na página especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária* de 2016, por meio dos usos das TIC. A análise evidencia que as representações sobre a Reforma Agrária durante as atividades se encontram ancoradas em três principais formações discursivas: luta pela *Reforma Agrária Popular*; impunidade e violência no campo e na defesa da democracia. Para o MST a *Reforma Agrária Popular* é um projeto social e político de resistência, que depende da capacidade de força social em lutas massivas dos trabalhadores Sem Terra. O projeto defende um modelo de agricultura camponesa sustentável, para a produção de alimentos em contraposição ao modelo industrializado de agricultura e do agronegócio. Trata-se de um projeto político utópico, que tensiona as representações sobre a Reforma Agrária à medida que essas ideias circulam na esfera pública através das mídias digitais. Nesse contexto, as ações da Jornada cumpriram papel importante na pressão ao Governo Federal e na mediação com a sociedade ao dar visibilidade à pauta da Reforma Agrária, além de demonstrar a força de mobilização e articulação do MST na luta por direitos sociais e político.

Através dos discursos foi possível perceber representações críticas ao modelo hegemônico do latifúndio e do agronegócio, qualificando-o como sistema excludente e gerador de pobreza, responsável pelo crescimento da violência no campo e o assassinato de trabalhadores rurais. Essas representações são reforçadas por com a menção de dois acontecimentos: o aniversário de 20 anos de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás e o assassinato de dois Sem Terra no Paraná. Evidencia-se como a impunidade impera no campo e incentiva o avanço da violência contra os trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, apresenta-se a proposta de *Reforma Agrária Popular*, baseado em sistemas de produção agroecológicos, como alternativa para a agricultura brasileira. Bem como para diminuir a violência, a desigualdade social e a desconcentração fundiária, com a produção de alimentos e garantia da soberania alimentar e territorial.



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS Y REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

A partir da análise percebe-se que a página *web* do MST e a página especial da *Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária* se tornam importantes espaços virtuais de discussão no diálogo com a sociedade, auxiliando nas práticas de cidadania e nos processos de autonomia, mediados pelas ações dos Sem Terra e as informações que circulam na esfera pública virtual. Assim, as representações sociais sobre a Reforma Agrária, que circulam através das TIC durante a *Jornada de Luta da Nacional da Reforma Agrária* possuem um caráter mediador na construção dos sentidos sobre o processo de mobilização do MST, ao reafirmar a importância de lutas contínuas e de massa para manter a pauta da *Reforma Agrária Popular* na esfera pública brasileira. Porém, diante da tentativa de desmonte das políticas de Reforma Agrária, pelo governo ilegítimo de Temer e o aumento da violência no campo, a resistência depende da capacidade organizativa e mobilizativa dos movimentos populares ligados ao campo.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA BRASIL. Dilma assina decreto que destina 56 mil hectares de terra para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas. **Agência Brasil**. Brasil, 01 abr. 2016. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/43673/dilma+assina+decreto+que+destina+56+mil+hectares+de+terra+para+reforma+agraria+e+regularizacao+de+territorios+quilombolas.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ARAÚJO, C. PERON, I. Temer vai esvaziar atuação do MST em reforma agrária. **O Estado de São Paulo**. Brasil, 08 out. 2016. Disponível em: <politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-vai-esvaziar-atuacao-do-mst-em-reforma-agraria,10000081007>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.
- BASTOS, P. P. Z. Por que o impeachment é um golpe? **Carta Maior**. Brasil, 15 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Por-que-o-impeachment-e-um-golpe-/4/35965>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BRASIL. **Medida provisória nº 759**. Brasília: 22 de dezembro de 2016. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm#art2>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-ltima%20Verso1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Brasil não é país para os sem terra em tempos de Dilma. **Comissão Pastoral da Terra**. Brasil, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflictos-no-campo/2451-brasil-nao-e-pais-para-os-sem-terra-em-tempos-de-dilma>>. Acesso em: 07 abr. 2017.



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT lançará o relatório Conflitos no Campo Brasil 2016.

Comissão Pastoral da Terra. Brasil, 10 abr. 2017. Disponível em:

<www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt/3722-cpt-lancara-o-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2016>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DI FELICE, M. Sociedade em rede: da esfera pública para a conectividade. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Sociedade, Comunidade e Redes.** São Caetano do Sul: Difusão; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2014.

ENGELMANN, S. I. **A página virtual do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela reforma agrária.**

Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

ENGELMANN, S. I.; MORIGI, V. J. A página virtual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no debate da reforma agrária brasileira. In: SILVEIRA, A. C. M. da; POGGI, M. C.; MASI, S. D. (Orgs). **TIC's latinoamericanas: Antecedentes, tendencias, usos y representaciones.** Santiago de Chile: Red Internacional del Conocimiento, Colección e-200, fev. 2016. ISBN: 978-956-8416-41-6.

ESTEVEVES, J. P. Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação.

Revista Media & Jornalismo, v. 18, n. 10, 2011.

GOHN, M. G. **Mídia, terceiro setor e MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HALL, S. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: HALL, S.; SOVIK Liv (Org.). **Da diáspora: Identidades e mediações sociais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA. [Página evento]. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** [Site]. Brasil, 2016. Disponível em: < Disponível em:

<www.mst.org.br/jornada-nacional-de-luta-por-reforma-agraria/>. Acesso em: 15 mai. 2017.

JOVCHELOVITH, S. **Representações sociais na esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITH, S. **Os contextos do saber: representação, comunidade e cultura.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social).

MATA, M. C. Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos.** São Leopoldo: Unisinos VIII(1): 5-15, jan/abr. 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. [Site oficial]. Brasil, 2017a.

Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho.** São Paulo, 2001.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem Somos.** Brasil, 2016.

Disponível em: < <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância.** Cartilha interna. São Paulo, 2007.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MP 759: o que é e como altera a Reforma Agrária. **Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Brasil, 11 abr. 2017b.

Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/04/11/mp-759-o-que-e-e-como-altera-a-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 05 abr.2017.

OLIVEIRA, A. U. “A política de reforma agrária no Brasil”. In: **Direitos Humanos no Brasil 2009.** São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009.



XIV Jornadas Nacionales y VI Internacionales
de Investigación y Debate

DISCURSOS REPRESENTACIONES

SOBRE EL MUNDO RURAL LATINOAMERICANO DE LOS SIGLOS XX Y XXI

7, 8 y 9 de junio de 2017

- OLIVEIRA, C. Governo Temer acelera agenda da MP que enterra reforma agrária. **Rede Brasil Atual**. Brasil, 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/03/governo-temer-vai-contratar-forca-tarefa-para-cumprir-agenda-da-mp-que-enterra-a-reforma-agraria>>. Acesso em 20 mar. 2017.
- PERUZZO, C. M. K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM/UnB. Brasília, DF, 6 a 9 set. 2006. p. 1-17. **Anais...** Disponível em: <www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- ROMÃO, L. M. S. Imprensa e MST: A ficção em dois capítulos do discurso jornalístico. **Observatório da Imprensa**. ed. 301. 14 dez, 2004. Disponível em: <www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=307IMQ006>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- TEIXEIRA, Gerson. Artigo: O Golpe e a Reforma Agrária em 2016. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Brasil, 09 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/01/09/artigo-o-golpe-e-a-reforma-agraria-em-2016.html>>. Acesso em 20 mar. 2017.
- VIEIRA, L. **Os Argonautas da Cidadania**: a sociedade civil e a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.